

DA MADEIRITE AO CIMENTO: NARRATIVAS SOBRE OS MOVIMENTOS PRÓ-FIXAÇÃO DO PARANOÁ

LEILA SAADS*

Brasília¹, inaugurada em 21 de Abril de 1960, teve sua área denominada Plano Piloto² tombada como Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO³, em 7 de dezembro de 1987. Suas quadras residenciais, largas avenidas sem cruzamentos, edifícios sem pilotis e amplas áreas verdes são freqüentemente lembradas como símbolos de uma cidade modernista; concebida e nascida da mistura do mítico sonho de Dom Bosco, do futurismo de Oscar Niemeyer e Lúcio Costa, do empreendedorismo de Juscelino Kubtschek (JK) e Israel Pinheiro, da coragem de tantos homens pioneiros que chegaram à cidade enquanto ela ainda estava sendo erguida sobre a poeira. Mas essa epopéia histórica, incansavelmente narrada quando a construção de Brasília está em pauta, acaba por tornar invisíveis outras/os agentes e que também fizeram parte desse processo.

Brasília foi uma cidade pensada e planejada para tornar-se capital do Brasil, sede do governo Federal. Receberia seus órgãos públicos, servidoras/os, parlamentares e pessoas diretamente ligadas a essas esferas como, por exemplo, prestadoras/es de serviços. Como a função da cidade estava bem delimitada, seu crescimento deveria então ser restrito e controlado. O edital do Concurso Nacional do Plano Piloto da Nova Capital, do qual foi vencedora a proposta de Lúcio Costa, exigia um planejamento para uma cidade de 500 mil habitantes⁴, *no máximo* (RELATÓRIO, 1991:17).

* Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília, bolsista do CNPq.

¹ Utilizo no presente projeto o termo “Brasília” para me referir não apenas ao Plano Piloto, mas também às cidades-satélites, por entender que existe tamanha integração entre estas (não apenas econômica, mas também social e histórica), que se tornaria artificial não considerá-las (as cidades-satélites) como parte da cidade de Brasília que se constitui como “cidade polinucleada” (PAVIANNI, 2010:84).

² De acordo com o Decreto nº 10.829/87, a Área do Plano Piloto é delimitada “a Leste pela orla do Lago Paranoá, a Oeste pela Estrada Parque Industrial e Abastecimento - EPIA; ao Sul pelo Córrego Vicente Pires e ao Norte pelo Córrego Bananal, considerada entorno direito dos dois eixos que estruturam o Plano Piloto.”

³ Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.

⁴ Nos anos 1970, segundo senso do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população do DF já ultrapassava os 537 mil habitantes (BRAYNER, 2005:Anexos).

2

No entanto, uma cidade, por mais planejada que seja, extrapola e muito os objetivos imediatos para os quais foi construída. No caso de Brasília, especificamente, a cidade desde o seu início não cumpriu o papel restrito ao qual estava destinada. Muitas famílias de operários e outras pessoas ligadas à construção da nova capital estabeleceram-se no território do Distrito Federal (DF), mesmo após o rito de inauguração⁵ de Brasília, em 21 de abril de 1960, fator este não esperado pelas instâncias governamentais que conduziam o grande empreendimento. Os primeiros desvios do planejamento original se deram antes mesmo da inauguração, como pode-se perceber através da criação das cidades-satélites de Taguatinga, em 1958, Gama e Sobradinho – ambas inauguradas em 1960.

O Plano Piloto, ao início da transferência dos primeiros órgãos públicos federais, contava com um número insuficiente de moradias prontas para o uso. Além disso, os conjuntos habitacionais que estavam sendo construídos, estavam inteiramente destinados às/aos integrantes da burocracia federal que seriam transferidas/os para a capital quando esta fosse inaugurada. Essa realidade fez com que a ocupação habitacional do Distrito Federal, desde seu início, fosse dirigida de modo a estipular uma *incorporação diferenciada*⁶ das populações que chegavam à nova cidade.

O projeto modernista da cidade baseava suas áreas residenciais em um ideal de igualdade que percorre todo o *Relatório do Plano Piloto de Brasília* escrito por Lúcio Costa (1991). O discurso igualitário do urbanista, fortemente influenciado pela arquitetura

⁵ A expressão “rito de inauguração” é utilizada aqui para dar ênfase ao fato de que Brasília, na realidade, não foi construída em apenas quatro anos (1956-1960). O processo de consolidação da cidade, tanto no que diz respeito aos seus aspectos físicos, quanto ao que se refere à sua consolidação como capital do Brasil, não se encerrou em 21 de abril de 1960. Na verdade, apenas a partir do governo Médici a transferência da capital foi de fato consolidada (IWAKAMI, 1988:95).

⁶ O termo *incorporação diferenciada* foi cunhado pelo antropólogo James Holston em seu livro *A cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia*. O termo é utilizado no intuito de demarcar com nitidez os diferentes tratamentos dados pelo governo às pessoas que habitavam a capital desde antes da inauguração, especialmente no que se refere aos tipos de recrutamento organizados pelo poder público. Segundo Holston: “esses critérios segmentaram a população em duas unidades de recrutamento com acesso diferenciado ao âmbito público: uma, recrutada pela Novacap [Companhia Urbanizadora da Nova Capital] para a construção da capital, que o governo destituiu dos direitos de morar na nova cidade; a outra, recrutada pelo GTB [Grupo de Trabalho de Brasília] para a burocracia da capital, que o governo contemplou com uma variedade de direitos de assentamento.” (1993:205).

3

modernista formulada e defendida pelos Congrès Internationaux d'Architecture Moderne (CIAM) ⁷, sustentava que as convenções arquitetônicas e urbanísticas poderiam, por elas mesmas, produzir uma nova ordem, uma outra forma de organização social, mais comunitária – o próprio conceito de superquadra, no qual se baseia basicamente todo o setor residencial de Brasília, é reflexo dessa visão (HOLSTON, 1993:141). Entretanto, essa concepção igualitária se ancorava, ela mesma, em bases inegável e amplamente excludentes. Essa igualdade, ainda que não se fizesse com base em critérios de riqueza e renda, estava ligada a um único *status* que, por si só, já excluía a esmagadora maioria dos habitantes do DF em 1961: só poderiam ser iguais aquelas/es ligadas/os ao funcionalismo público, a quem a cidade estava destinada.

Nem o Relatório, nem a Novacap⁸, estabeleceram diretrizes para o tratamento que deveria ser empregado aqueles que vieram construir a nova capital. Era entendido, por mais irreal que possa parecer, que a grande massa de trabalhadoras/es iriam retornar às suas cidades de origem quando a capital estivesse pronta. O que o Relatório estipulava – e o que acabava por deixar claro os termos de sua concepção restrita de igualdade – era que nenhuma favela poderia ser tolerada dentro dos limites do Distrito Federal⁹. Entretanto, as/os candangas/os – que não tinham opção alguma de moradia, já que, teoricamente, tanto a Cidade Livre quanto os acampamentos de obras seriam desativados após a inauguração de Brasília – erigiram seus barracos em múltiplos pontos da cidade. Não mostrando interesse algum de retornar a suas regiões, criaram uma série de ocupações tanto dentro dos limites do Plano Piloto (como foram os casos das Vilas IAPI – que deu origem à Ceilândia –,

⁷ Realizados entre 1928 e meados da década de 1960, os CIAM eram o mais importante fórum sobre arquitetura moderna. Seu membro mais famoso era o francês Le Corbusier, cujas obras, escritos e projetos influenciaram arquitetas/os de várias partes do mundo, inclusive Lúcio Costa e Oscar Niemeyer (HOLSTON, 1993:37).

⁸ Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, criada por lei, em 1956, para gerenciar e coordenar a construção da nova Capital do Brasil. Entretanto, como havia muito a ser feito após a inauguração, a NOVACAP continuou existindo, tornando-se uma empresa pública, como é até hoje. Cf: <<http://www.novacap.df.gov.br/sobre-a-novacap/a-novacap.html>> Último acesso em: 29 de fevereiro de 2013.

⁹ “Deve-se impedir a enquistação de favelas tanto na periferia urbana quanto na rural.” (COSTA, 1991:29).

4

Telebrasília e Planalto), quanto fora dele (como a Vila Dona Sarah Kubitscheck – que deu origem à Taguatinga, primeira cidade-satélite do DF – e a própria Vila Paranoá).

A situação de extrema carência de habitação ou *empurrava* as/os imigrantes cada vez mais para longe (causando uma alta crescente nos preços dos terrenos nas cidades-satélites e no entorno), ou contribuía para o aumento das favelas e ocupações nos territórios do DF (PAVIANNI, 2010:72). O papel do Estado na condução de políticas habitacionais no DF merece especial atenção. Através de um intenso processo de expropriação de territórios na região que viria a ser o Distrito Federal, o Estado, inicialmente, tornou-se proprietário único das terras. Mesmo em locais como na Cidade Livre, a posse da terra por particulares era negada, funcionando apenas como concessão que expiraria na data da inauguração da cidade.

Mas esta aparente rigidez do controle estatal e do planejamento urbanístico de Lúcio Costa, desde o seu início, esconde frestas. São os usos que as/os habitantes da cidade fazem dela; as chamadas *práticas do espaço* (CERTEAU, 2011:155), ou seja, o modo como o espaço é percebido, apropriado e (re)elaborado pelas/os seus usuárias/os. O enfoque no que foi planejado, na rapidez da construção e no caráter inovador do projeto acaba por construir narrativas sobre uma cidade que parece já ter nascido pronta; de linhas modernas, porém estáticas e vazias. Construtores e concreto por si só, produzem apenas espaços sem vida. A população – as/os usuárias/os – é que dá sentido a esses espaços.¹⁰ Desse modo, o processo de construção de uma cidade não se restringe apenas ao seu aspecto físico, está na constante e crescente interação social e cultural deste com a sua população.

A crescente onda de reivindicações por moradia da qual o DF foi palco ainda nos primeiros anos das construção da capital, por exemplo, forçaram o governo a repensar suas

¹⁰ Para de Certeau as cidades, ainda que cada vez mais planejadas, vigiadas e conceitualizadas, são resultados dos movimentos que se processam em seu espaço, ou seja, da interação entre o espaço e sua gente. Para o autor “ao invés de permanecer no terreno de um discurso que mantém seu privilégio invertendo o seu conteúdo (que fala de catástrofe e não mais de progresso), pode-se enveredar por outro caminho: analisar as práticas microbianas, singulares e plurais, que um sistema urbanístico deveria administrar ou suprimir e que sobrevivem a seu perecimento.” (CERTEAU, 1994: 174).

5

estratégias de ação. Os próprios discursos que enfatizavam a importância do candango na construção desse novo país,¹¹ nos quais Brasília surgia como estandarte primeiro do desenvolvimento do Brasil, muniram de argumentos aquela/es cujo o papel nessa história deveria ter se encerrado quando a construção da capital estivesse concluída.

A concretização de uma cidade construída exclusivamente *para* burocratas demonstrou ser, então, irrealizável. A Brasília modernista, dos sonhos de seus planejadores e dos discursos de JK, que romperia com um passado colonial, de atraso, subdesenvolvimento, que inauguraria um novo futuro, transformando econômica e socialmente o país a partir de seu interior, não poderia ser outra coisa que não uma grande utopia. Não existem meios possíveis de se construir um oásis no meio da realidade que se busca negar. As oportunidades econômicas oferecidas pela cidade e o discurso mítico do novo eldorado atraíram para o seu território os mesmos problemas que assolavam o resto do país e dos quais pretendia-se escapar, como a miséria e a desigualdades sociais (HOLSTON, 2010:289). Mas, para manter viva a ilusão da singularidade de Brasília, o governo formulou uma série de estratégias que visavam manter a concepção inicial do Plano Piloto, como a construção de cidades-satélites.

É nesse contexto, de déficit de moradias e de políticas habitacionais visando o afastamento da população de baixa renda do Plano Piloto, que se insere a localidade da qual trata este artigo. Ela não foi desenhada por Lúcio Costa, nem planejada para abrigar os monumentais edifícios de concreto de Niemeyer, tampouco os jardins de Burle Marx ou os famosos azulejos de Athos Bulcão. A Vila Paranoá surgiu sob o signo da transitoriedade. Sua especificidade em relação à maioria das ocupações existentes no DF à época da construção de Brasília, vem do fato de ter sido construída e concebida para servir de acampamento provisório para trabalhadores da construção civil. Ela duraria enquanto

¹¹ Segundo Holston: “A campanha de recrutamento para Brasília identificava o novo construtor da nacionalidade como “homem comum”. Colocou no palco principal, na ribalta das atenções e da fé nacionais, aqueles que antes haviam sido excluídos dos papéis principais no desenvolvimento brasileiro: os trabalhadores itinerantes, sem qualificação e sem instrução do interior; os *déclassés* e os empobrecidos; as massas de nordestinos, mineiros e goianos. (...) A campanha [de recrutamento] designou a todos como sendo participantes-chave de um novo pacto de desenvolvimento nacional.” (1993:210).

6

durasse a obra a que estava destinada a atender: a construção da barragem do Lago Paranoá. No entanto, através de intensos processos de lutas e das mais diversas estratégias de ocupação e resistência das/os moradoras/es dessa localidade – principalmente a partir da década de 1980 – a permanência em seus espaços de moradia foi finalmente conquistada.

Vila Paranoá: inícios e transformações

Formada a partir de um acampamento cuja função seria abrigar trabalhadores das obras de construção da barragem do Lago Paranoá, em 1957, a Vila Paranoá, durante sua primeira década de existência, contou com um número reduzido de habitantes. O acampamento era de responsabilidade da Novacap, e servia apenas a trabalhadores solteiros da construção civil. Desta forma, um considerável número de famílias dos operários, entre outras pessoas, se alojou em suas proximidades, formando as chamadas Vila Piauí e Vila dos Mineiros (BRAYNER, 2005:18).

Em meados dos anos 60, com o fim das obras da barragem, a Novacap se retirou da área e outras/os moradoras/es passaram a ocupar as construções de uso comum do acampamento (como escola, galpões) e as casas que antes serviam de moradia aos engenheiros. Aos poucos, segundo Natália Brayner, as vilas e o acampamento passaram, em seu cotidiano, a girar entorno de uma estrutura comum, dando origem à chamada Vila Paranoá (Ibidem). O reduzido número de habitantes fez com que a localidade passasse de forma quase despercebida pelo governo, que, nesta época, buscava frear o aumento das ocupações que surgiam em vários outros pontos do DF (especialmente no Plano Piloto) como as Vilas IAPI, Tenório, Esperança, Bernardo Sayão entre outras.

Os fluxos migratórios no sentido campo-cidade aumentaram em todo Brasil nas décadas de 1970 e 1980. E o crescimento da população e das ocupações urbanas atingiu também Brasília, em especial a Vila Paranoá. Foi a partir dessas décadas que o número de habitantes da Vila passou a aumentar de forma considerável, crescimento este que atingiu

7

seu ápice na década de 1980.¹² Assim, as/os antigas/os moradoras/es encontravam as/os novas/os, a população se multiplicava. Segundo Luiza Iwakami, ao mesmo tempo que esse crescimento trouxe incômodo para o governo e aumentou as dificuldades diárias da população, principalmente em relação à escassez de água, ele também contribuiu para que o sonho da fixação¹³ começasse a parecer possível para os habitantes da localidade, já que criava condições para uma pressão mais efetiva das/os moradoras/es frente ao Estado (1991:243). Era preciso, no entanto, que uma mobilização abrangente tivesse início.

As condições de habitação na Vila Paranoá eram precárias. Muitas famílias viviam em moradias de apenas um cômodo, feitas de madeirite, repleta de buracos, com apenas um banheiro (fossa) para atender a um grande número de pessoas.¹⁴ Precário também era o acesso a equipamentos públicos como escolas, hospitais, chafarizes, praticamente inexistentes na localidade. As dificuldades levaram um grupo de jovens que se reuniam periodicamente em um galpão na igreja do bairro, a se articular na intenção de reivindicarem melhores condições de vida para as/os moradoras/es da Vila. O grupo foi chamado, então, de Grupo Pró-Moradia do Paranoá.

Grupo Pró-Moradia do Paranoá: lutas pela qualidade de vida

Para Barbalet “a cidadania pode ser caracterizada como um *status* e como um conjunto de *direitos*”. Essa bifurcação é extremamente importante para a análise da obtenção de direitos de cidadania porque, segundo o autor “a importância política dos direitos deriva da natureza social do *status*” (1989:12). A obtenção desses direitos tem um caminho também duplo, ela contém, em geral, uma relação mais ou menos equilibrada, a depender do contexto na qual se insere, entre *conquista* e *outorga* (HAGUETTE, 1994:20). Em outras palavras, ao mesmo tempo em que demandas são colocadas por meio

¹² Segundo dados disponibilizados por Iwakami, o número de barracos na Vila Paranoá cresceu de 187 [em 1969], para 500 [em 1975], até chegar a 3.100 [em 1987] (1988:114).

¹³ Termo utilizado a partir do movimento pela fixação do Núcleo Bandeirante, cidade-satélite de Brasília, indica assentamento e posse legalizada das terras (IWAKAMI, 1988:113).

¹⁴ Maria de Lourdes Pereira (Lourdes), em entrevista. (REIS, 2011:17)

8

de mobilização social de determinado grupo, por exemplo, a obtenção dos direitos reivindicados se coroa quando há um convencimento da sociedade em geral ou, mais especificamente, de grupos influentes que concretizem a implementação das reivindicações.

As relações entre *conquista* e *outorga* se ligam de maneira explícita à associação entre *direitos* e *status*¹⁵. A capacidade de convencimento, ou melhor, o *poder* de convencimento, de influência, está intimamente ligado ao *status* que as pessoas/grupos que reivindicam determinados direitos têm na sociedade da qual fazem parte. Se, no Brasil, o *status legal* se sustenta através da máxima de que todas/os são iguais perante a lei, o *status convencional* opera através de uma rede de mecanismos muito mais complexa, ancorada nas múltiplas relações de representações e conflitos de identidades entre indivíduos e grupos. O que é importante enfatizar é que, no Brasil, essa dicotomia entre *status legal* e *convencional* torna-se artificial, quando percebemos que a aplicabilidade e o acesso à lei estão intimamente relacionadas ao já mencionado *status convencional*. Em outras palavras, não apenas a possibilidade de reivindicar novos direitos é afetada pelo dito *status convencional*, como o próprio acesso a direitos já garantidos se entrelaça a esse segundo *status*.

Avaliando a necessidade de água como prioritária, o Grupo Pró-Moradia buscou, em 1984, a Associação de Moradores do Paranoá – órgão oficial de representação da comunidade à época – no intuito de encaminhar o pedido de um chafariz público. Mas a articulação com a Associação não rendeu resultados. Segundo Lourdes, uma avaliação conjunta acerca das estratégias de reivindicação adotadas pela entidade – que se baseavam majoritariamente na entrega de abaixo-assinados às autoridades – o Grupo Pró-Moradia percebeu ser necessária uma intervenção mais incisiva e direta em busca de seus direitos. Passaram, então, a marcar reuniões entre autoridades e um grupo de moradoras/es:

¹⁵ “O *status* de uma particular categoria de pessoas é tipificado pela maneira como os outros se relacionam com elas. É somente quando os outros aceitam as expectativas de uma pessoa não apenas como razoáveis, mas também como legítimas, que seu *status* tem alguma autenticidade.” (BARBALET, 1989:33).

Não levávamos abaixo assinado. Quando muito uma coisinha escrita, às vezes, até à mão mesmo. A gente ia e falava de viva voz: nós pensamos isso e nós queremos isso e aquilo. Nós combinávamos tudo antes nas reuniões no salão da igreja. Certa vez, numa reunião com governantes, disseram: “Ué, mas vocês têm uma associação representativa e nós vamos sentar para resolver isso, com os representantes da Associação. Vocês são da Associação?” Não, respondíamos nós. Com isso, colocamos “a viola no saco” e voltamos para o Paranoá.¹⁶

Interessante visualizar como, segundo Lourdes, as autoridades não receberam como legítimas as reivindicações do Grupo por este não ser institucionalmente a entidade representativa das/os moradoras/es do Paranoá. Ou seja, do ponto de vista das/os agentes públicos, o Grupo não tinha o *status* necessário para participar de reuniões decisórias nem para levar *diretamente* aos órgãos públicos as suas reivindicações. A deslegitimação ocorreu mesmo que as pessoas ali presentes fossem moradoras da localidade e, portanto, capazes de falar sobre a realidade com a qual conviviam cotidianamente. Os problemas apresentados, como a escassez de água, se referiam à ausência de infra-estrutura básica já conhecida pelo governo que, ainda assim, estabeleceu que o diálogo só poderia ocorrer de maneira inter-institucional, avaliando como ilegítimas outras formas de representação (e/ou auto-representação) que não a Associação de Moradores. Esse filtro entre população e poder público era conveniente para o governo, pois atravancava o acesso da maioria da população à participação nas instâncias decisórias. Em outras palavras, essa exclusão tinha o efeito de manter e reforçar a distribuição desigual do exercício do poder entre governo, instituições representativas, e cidadãos.

No caso de Brasília existia um agravante que contribuía de maneira decisiva para a manutenção dessa desigualdade de distribuição de poder: aqui as/os habitantes não votavam nas/nos suas/seus representantes. Ou seja, até 1986, data das primeiras eleições no DF, não

¹⁶ Lourdes, em entrevista. (REIS, 2011:20)

10

havia uma relação de interdependência estabelecida através do voto entre governantes e governadas/os. Foi “em nome da *segurança do Estado* que, ao longo de sua história, a população de Brasília, tão próxima ao poder, a ele não teve acesso.” (PAVIANNI, 2010:106). O poder legislativo no DF não existia em nenhum nível (distrital ou local), o governo era altamente centralizado na figura de um governador nomeado diretamente pelo Presidente da República. Essa organização governamental durou por 27 anos, o que teve o efeito de tornar a estrutura política do governo excessivamente personalizada (IWAKAMI, 1998:188).

Os pleitos e as demandas da população sempre foram esvaziados por uma dupla filtragem: de um lado, as *administrações regionais* representavam o poder central ou do governador nomeado pelo presidente da República; de outro, o forte poder de polícia conferido aos órgãos de segurança impedia (e impede) comícios, passeatas e manifestações públicas fora de sítios circunscritos e predeterminados. (PAVIANNI, 2010:106)

Além disso, os grupos que ocupavam áreas destinadas a outros fins, que não a habitação de pessoas de baixa renda, tinham seus movimentos deslegitimados pelo governo que os classificava como “invasores” enxergando, portanto, como ilegítimas as suas lutas, já que não detinham direito reivindicatório algum sobre as terras que ocupavam – discurso este cuja força pode ser percebida no tratamento de movimentos sociais pró-moradia até hoje. A ênfase nessa representação, que constrói a/o habitante de ocupações como invasor/a, dificultava a existência de qualquer ação de melhoria estrutural dessas ocupações por agentes do governo, pois garantir infra-estrutura a esses locais seria, de certa forma, legitimar sua existência.

Associação de Moradores do Paranoá (1985-1987): lutas pelo direito de habitar

11

A força motriz da cidadania é a luta por direitos desencadeada primeiramente por grupos associativos; ou seja, o exercício do direito político de associação parece ser o instrumento mais eficaz na extensão ou criação de direitos. (HAGUETTE, 1994:166)

Após a posse na Associação de Moradores, segundo Lourdes¹⁷, houve continuidade nos contatos nos locais onde já vinham se realizando trabalhos. A proposta de fixação da Vila Paranoá esteve presente desde o início da gestão, e sua divulgação se deu através da produção de jornais, folhetos, cartilhas, que enfatizavam a importância da participação de todas/os na luta pela permanência. As/os treze integrantes da diretoria dividiram-se em diversas comissões, como as de cultura, esporte, educação. Segundo Luiza Iwakami, o programa de trabalho era organizado em torno de três premissas:

1) participação ampla e aberta dos moradores, na tomada de decisões e na eleição de representantes; 2) traduzir os problemas enfrentados pelos moradores em lutas concretas por meio de opiniões que poderiam ser obtidas diretamente nas ruas; 3) democratização das informações, principalmente aquelas chamadas “técnicas”, que poderiam contribuir para o avanço das lutas reivindicativas a serem travadas. (1998:150)

Na seqüência tripartite de direitos de cidadania, hoje clássica, elaborada por Marshall – que os classifica em civis, políticos e sociais (2002:63) –, existe uma exceção, a **educação popular**, como enfatiza José Murilo de Carvalho (2008:11). Ela é classificada como um direito social, mas sem uma educação de qualidade, torna-se praticamente inviável o desenvolvimento pleno do exercício da cidadania civil e política. Tendo em vista a ligação foucaultiana estabelecida entre *saber* e *poder* (1999:1), quando determinados grupos são excluídos do acesso à educação de qualidade, o acesso ao exercício público do *poder* torna-se profundamente desigual e, por conseguinte, desigual também será a distribuição da capacidade do exercício da cidadania, logo, da cidadania em si.

¹⁷ Em entrevista (REIS, 2011:23).

12

Isso, juntamente com outras formas de exclusão – como o racismo, o sexismo, a homofobia – contribuem para a construção de uma divisão hierárquica de cidadãos/os em classes, não apenas do ponto de vista dos direitos civis, como afirma José Murilo de Carvalho, mas também de todos os outros direitos de cidadania (2008:215). Em um país onde o acesso à educação de qualidade é um *privilégio*, grande parte da população privada desse privilégio tem que enfrentar muito mais obstáculos para o exercício pleno dos seus direitos civis, políticos e sociais. A desinformação e a deficiência na apropriação dos instrumentos do conhecimento formal, com ênfase nos lingüísticos, constroem abismos entre aquelas/es que não tiveram acesso a uma educação de qualidade e os direitos garantidos por lei a todas/os as/os cidadãos/os.

Lembro-me bem do choque que tive ao ler ao clássico *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos, e me lembro, especialmente, de uma cena onde Sinhá Vitória, Fabiano e as crianças sentam-se em volta de uma fogueira acesa na sala da casa onde se abrigam. Nessa cena, esposa e esposo falam ao mesmo tempo, sobre os problemas na roça, em casa, sobre a chuva... Os dois falam, mas ninguém se ouve; havia sons, mas não havia compreensão, não havia diálogo.

Não era propriamente conversa: eram frases soltas, espaçadas, com repetições e incongruências. Às vezes uma interjeição gutural dava energia ao discurso ambíguo. Na verdade, nenhum deles prestava atenção às palavras do outro: iam exibindo as imagens que lhes vinham ao espírito, e as imagens sucediam-se, deformavam-se, não havia meio de dominá-las. Como os recursos de expressão eram minguados, tentavam remediar a deficiência falando alto. (RAMOS:2009:64)

Essa cena evidencia, no seu limite extremo, como a exclusão do acesso às estruturas lingüísticas partilhadas pela sociedade em geral, contribui de maneira decisiva para o inaccessível a qualquer espécie de *poder* (no sentido indivíduo-sociedade, público, pois no âmbito das relações privadas outros tipos de poderes são exercidos) e, assim, para a

13

perpetuação *in aeternum* da situação de dificuldade e exploração vivenciada pelas personagens.

Se o exercício político de associação é instrumento preponderante na luta por direitos, ou seja, um dos campos elementares do próprio exercício de cidadania, esse exercício só pode ser realizado de forma plena e consciente quando o acesso à educação de qualidade é garantido. E não uma educação vista apenas como escolaridade; esta, pouco tem contribuir para a construção plena da cidadania. Mas uma educação crítica, voltada para a formação de cidadãos/os com poder de influência sobre o mundo em que vivem, com domínio consciente sobre heranças culturais e estruturas simbólicas da sociedade da qual fazem parte (HAGUETTE, 1994:166).

A democratização das informações, um dos pressupostos estabelecidos pela nova diretoria da Associação de Moradores do Paranoá, só poderia ser de fato atingida, a partir do momento no qual os membros da comunidade pudessem ler, entender, pensar criticamente sobre e discutir em conjunto aquilo que estava escrito nas cartilhas e jornais produzidos pela Associação. A tradução dos problemas cotidianos enfrentados pelas/os moradoras/es em ação concreta, só poderia ser feita de forma realmente democrática quando estes tivessem certo domínio da linguagem possibilitando, a partir de uma reflexão, construir subsídios para que se pudesse alterar a realidade que vivenciavam. Percebendo os entraves colocados pela ineficiência e, muitas vezes, a total ausência da educação formal entre as/os moradoras/es da região, a diretoria da Associação de Moradores passou a buscar meios para suprir essa carência. Dessa forma nasceu um programa de Educação de Jovens e Adultos no Paranoá que, através de uma parceria com a Universidade de Brasília (UnB) atua até hoje na comunidade.

Outro instrumento eficaz de luta, desde logo percebido, foi o da parceria com outros grupos e instituições. Projeto Rondon, Igreja Católica, Partidos Políticos (já que em 1986 foram realizadas as primeiras eleições no DF), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Comissão de Direitos Humanos, de Justiça e Paz, UnB, todos, de alguma forma,

14

contribuíram para a fixação do Paranoá. A UnB, principalmente através dos departamentos de geologia, arquitetura, engenharia (além da já citada FE), teve um papel de extrema importância nessa luta. A partir da efetivação da terceira premissa colocada pela Associação (democratização das informações, principalmente aquelas chamadas “técnicas”), foi conquistado um domínio técnico-instrumental sobre a realidade da comunidade que serviu como munição-argumentativa diante das autoridades governamentais.¹⁸

Esses departamentos passaram a comprovar “tecnicamente” que existiam condições para a construção de redes de água, esgoto, energia elétrica, minando as justificativas de que o terreno e a localização do Paranoá não possibilitava o desenvolvimento de obras de infra-estrutura. Essas alianças contribuíram para que o *status* da comunidade e de suas/seus moradoras/es fosse cada vez mais reconhecido pelos governantes (IWAKAMI, 1991:250).

Essas argumentações que tínhamos, fundadas no pessoal da UnB, aumentavam a chateação do governo. Diziam: “Onde esse povo..., esses “Joões-ninguém”, arranjam esses argumentos para discutir conosco”? E a perseguição aumentou, e feia! Não foi fácil, não!”¹⁹

No ano de 1986 aumentaram os embates com os agentes do governo. Algumas estratégias foram utilizadas pela população, como por exemplo, construir mais um cômodo ou de um novo barraco com tábuas já envelhecidas e desgastadas, o que dava a impressão de que as construções eram barracos antigos e despistava os agentes da Terracap que constantemente destruíam novos barracos. Esse controle sobre as novas construções gerou, como efeito, uma alta concentração demográfica, já que a população aumentava exponencialmente, mas a área ocupada permanecia a mesma.

Nesse ano, foi organizada uma grande ação em 1986, mais tarde chamada de *Segundo Barracaço*, onde 1500 barracos foram erguidos da noite para o dia no Paranoá.

¹⁸ Pra mais informações o papel das assessorias no Paranoá Cf. IWAKAMI, 1988:cap.VI.

¹⁹ Lourdes, em entrevista. (REIS, 2011:40)

15

Moradoras/es antigos se uniram às/aos novas/os, barricadas foram construídas e a população se preparou para um enfrentamento com a polícia. Entretanto, a Terracap estava muito menos disposta a dialogar do que em 1981, ano do primeiro barracaço, o que tornou o sucesso do movimento mais restrito. Apesar das dificuldades, o episódio foi amplamente noticiado pela imprensa e alimentou as discussões sobre uma possível fixação do Paranoá (IWAKAMI, 1991:247).

Nas eleições para a Associação, em 1987, a chapa composta por membros da Prefeitura Comunitária – ligada ao governo – venceu. A derrota, no entanto, não significou a desmobilização do grupo originado do Pró-Moradia. Após intensos debates e avaliações que duraram seis meses, fundou-se o Centro de Cultura e Desenvolvimento do Paranoá (CEDEP), que buscou continuar as atividades nas áreas de educação e cultura e permaneceu desenvolvendo novas estratégias de luta pela fixação da Vila Paranoá (Idem, 165).

A pressão sobre o governo em relação à fixação continuou através de atos, reuniões, debates. Finalmente, ao final do governo de José Aparecido de Oliveira, em 17 de agosto de 1988, foi assinado o decreto de fixação do Paranoá²⁰. Após a gestão de José Aparecido, Roriz tornou-se governador do DF, assumindo a responsabilidade de colocar em prática a fixação do Paranoá. Entretanto, silenciando acordos e parcerias estabelecidas/os até então, o governo Roriz modificou os termos da fixação, mudando o Paranoá para local próximo.²¹

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

²⁰ A fixação do Paranoá se deu pelo decreto n.º 11.208 de 17 de agosto de 1988. Cf. CODEPLAN: Companhia de Desenvolvimento e Planejamento do Distrito Federal: Sistema de Informações Estatísticas do DF, 1994.

²¹ Houve a transferência, em 1989, da maior parte da população para outra área, denominada “Paranoá de Cima”, próxima à ocupação original – apenas um pequeno número de moradoras/es permaneceu na Quadra 2 do antigo terreno. Em 1993, a mobilização popular conseguiu que a Igreja de São Geraldo fosse tombada. Para Natália Brayner o tombamento foi uma estratégia para a preservação da antiga área ocupada pelo “Paranoá de Baixo”, que deu origem ao Parque Vivencial do Paranoá, protegendo-a da especulação imobiliária. (2005:7).

16

BARBALET, J.M. *A cidadania*. Lisboa: Estampa, 2008.

BRAYNER, Natália. *No fluir do Paranoá: memórias e experiências de mulheres na história de Brasília (1960-1990)*. 2005. 181 f. (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília, Brasília.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 11ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CERTEAU, Michel De. *A Invenção do Cotidiano: arte de fazer*. 17ª edição. Petrópolis: Vozes, 1994.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 26ª edição. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. *O Cidadão e o Estado: A construção da cidadania brasileira 1940-1992*. Fortaleza: UFC, 1994.

HILÁRIO, Renato. *A constituição do ser humano: amor-poder-saber na educação/alfabetização de jovens e adultos*. Brasília: UnB, 2011.

HOLSTON, James. *A cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

IWAKAMI, Luiza. *Espaço urbano em Brasília e a trajetória de resistência popular na Vila Paranoá*. 1988. 201 f. (Mestrado em Planejamento Urbano) – Departamento de Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília.

_____. Vila Paranoá: A luta desigual pela posse da terra urbana. In: PAVIANNI, Aldo (Org.). *A conquista da cidade: Movimentos Populares em Brasília*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1991. pp.231-266.

MARSHALL, Thomas Humphrey. *Cidadania, classe social e status*. Leituras sobre cidadania, Senado Federal, MCT/CEE. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

17

NEVES, Lucília de Almeida. *Cidadania: dilemas e perspectivas na República brasileira*.

In: Revista Tempo. Vol.2, nº 4. Rio de Janeiro: Departamento de História da UFF, dezembro de 1997. pp.80-102.

PAVIANNI, Aldo. *Brasília a metrópole em crise: ensaios sobre urbanização*. 2ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.

RAMOS, Graciliano. *Vidas Secas*. 109ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2009.

RELATÓRIO do Plano Piloto de Brasília. Brasília: GDF, 1991.

RIBEIRO, Gustavo. *O capital da esperança: a experiência dos trabalhadores na construção de Brasília*. Brasília: UnB, 2008.

ZARUR, Sandra. *A sobrevivência da Vila Planalto: de acampamento pioneiro a bairro histórico de Brasília*. 1991. 216 f. (Mestrado em Planejamento Urbano) – Departamento de Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília.